

OFÍCIO CIRCULAR Nº 4/2021/SAS/ANA
Documento nº 02500.055447/2021-43

Brasília, 1º de dezembro de 2021.

Aos Senhores(as) usuários(as) de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce,

Assunto: Cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Bacia hidrográfica do rio Doce.

Senhor(a) usuário(a) de recursos hídricos,

1. A metodologia da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União vigente na bacia hidrográfica do rio Doce está disposta na Deliberação CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, proposta pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce, e aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH por meio da Resolução CNRH nº 203, de 16 de outubro de 2018. Os Preços Unitários Deliberação estão dispostos na CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021, e são atualizados anualmente conforme a Resolução CNRH nº 192, de 19 de dezembro de 2017. Adicionalmente, informa-se que a cobrança incide sobre os usos sujeitos a outorga (outorga de direito de uso), não incidindo sobre as outorgas preventivas e usos considerados de pouca expressão (usos insignificantes). A outorga preventiva não confere direito de uso de recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, aos investidores, o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos.

2. Para obter mais informações sobre a cobrança na bacia hidrográfica do rio Doce, acesse a página web da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos/cobranca/doce>, na qual os normativos da cobrança podem ser acessados e consultado os Preços Unitários vigentes em cada ano. Para informações gerais sobre a cobrança, acesse o endereço eletrônico <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos/cobranca>.

3. A metodologia da cobrança considera no cálculo o volume de água outorgado e o volume de água medido (efetivamente realizado). O volume de água medido é informado pelo usuário por meio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH, no período de 01 a 31 de janeiro de cada ano. A DAURH é acessada através do perfil do usuário no REGLA – Sistema Federal de Regulação de Uso, no endereço eletrônico <http://www.snrh.gov.br/cnarh>

Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço www.ana.gov.br

Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Edifício Sede, Bl. M, Brasília,DF, CEP 70610-200 – telefone (61) 2109-5400 – e-mail: dproe@ana.gov.br



Esclarecimentos sobre a DAURH podem ser solicitados pelo *e-mail* daurh@ana.gov.br ou pelos telefones (61) 2109-5431, (61) 2109-5516 e (61) 99161-6669.

4. Ressalta-se que, exceto se constar como uma condicionante da outorga ou especificado em algum outro ato normativo, o registro da DAURH pelo usuário não é obrigatório. Entretanto, se o usuário deseja que o volume medido seja considerado no cálculo da cobrança, deve informar a DAURH no período determinado acima. Se não informada, o cálculo da cobrança será realizado considerando apenas o volume de água outorgado.

5. Caso o empreendimento ainda não esteja em operação, o usuário pode informar os volumes realizados iguais a 0,00 m³ na DAURH. Contudo, informa-se que, mesmo nesta situação, o valor da cobrança não será igual a R\$ 0,00. Isto devido ao fato que o volume outorgado consta na equação de cálculo da parcela Captação da cobrança (ver art. 4º do Anexo I da Deliberação CBH-Doce nº 69/2018). Portanto, a partir da publicação da outorga de direito de uso de recursos hídricos, incidirá a cobrança. Apenas a parcela Lançamento será igual a R\$ 0,00 caso o volume medido informado na DAURH seja igual a 0,00 m³. Assim, se o usuário não pretende mais realizar uso de recursos hídricos, para que não seja efetuada a cobrança, deverá comunicar à ANA a desistência da outorga de direito de uso de recursos hídricos.

6. O usuário que realize lançamento de efluentes em corpos hídricos de domínio da União pode informar a concentração de Sólidos Suspensos Totais, em mg/l, por meio do seu perfil no REGLA, acessando o campo **Informações da Cobrança** e, posteriormente, o campo **Informações Complementares**. Caso não possua acesso ao REGLA, favor enviar *e-mail* para cnarh@ana.gov.br informando nome, CPF ou CNPJ, número CNARH e telefone. Persistindo o problema, entre em contato com a Coordenação de Cadastro por meio do telefone (61) 2109-5131. Pelo REGLA o usuário obtém as informações do que lhe é cobrado pelo uso de recursos hídricos.

7. Se deseja alterar ou desistir de sua outorga de direito de uso de recursos hídricos, o procedimento também deve ser realizado por meio do REGLA no endereço eletrônico <http://www.snirh.gov.br/cnarh>. Informações sobre a outorga estão disponíveis em <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/regulacao-e-fiscalizacao/outorga/solicite-sua-outorga>

8. Ressalta-se também a importância da manutenção dos dados cadastrais atualizados no REGLA, como *e-mail* e endereço para correspondência. Conforme a Resolução ANA nº 1938, de 30 de outubro de 2017 (Parágrafo 3º do inciso II do art. 3º), e Resolução ANA nº 1941, de 30 de outubro de 2017 (inciso I do art. 2º), constitui obrigação do usuário de recursos hídricos manter atualizados, no REGLA, os dados administrativos do empreendimento, para fins de comunicação com a ANA.

9. Os procedimentos operacionais da cobrança estão regulamentados por meio da Resolução ANA nº 124, de 16 de janeiro de 2019, acessível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos/cobranca/normativos-cobranca>.

10. Os boletos da cobrança podem ser acessados no portal *Boleto Online* por meio do endereço eletrônico <https://boletoonline.ana.gov.br>. Nesta página eletrônica o usuário também obtém o extrato dos pagamentos já realizados e consulta pendências de pagamento.



Caso esteja inadimplente com a **cobrança** pelo uso de recursos hídricos, que teve início na bacia hidrográfica do rio Doce em 2011, evite transtornos: regularize a sua situação no *Boleto Online*, pelo telefone (61) 2109-5123 ou e-mail arrecada@ana.gov.br.

11. Os valores são arrecadados pela ANA e, conforme a Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, repassados integralmente à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que na bacia do rio Doce vem sendo chamada de AGEDOCE, a quem cabe aplicar os recursos nas ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce.

12. A AGEDOCE é a entidade indicada pelo CBH-Doce e aprovada pelo CNRH para exercer funções de agência de água na bacia hidrográfica do rio Doce. Segue abaixo o contato da AGEDOCE:

AGEDOCE

Rua Afonso Pena, 2.590
Centro - Governador Valadares/MG - CEP: 27.520-005
institucional@agedoce.org.br
<https://agedoce.org.br>

13. Caso necessite de esclarecimentos adicionais sobre a **cobrança**, entrar em contato pelo email cobranca@ana.gov.br ou pelo telefone (61) 2109-5363.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

